

# RESUMO EXECUTIVO

## Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Relatório-síntese 2018  
sobre Água e Saneamento

# 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



UNITED NATIONS

## Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Em setembro de 2015, todos os 193 Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaram o documento “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, também conhecido como a Agenda 2030, que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Os Estados-membros resolveram “acabar com a pobreza em todas as suas formas”, e dar passos ambiciosos e transformadores para “direcionar o mundo para um caminho mais sustentável e resiliente” e garantir que “ninguém mais seja deixado para trás”.

A Agenda 2030 estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 Metas globais, bem como os respectivos Meios de Implementação (Mdl) para o período de 2015–2030. Os ODS foram projetados para serem integrados e indivisíveis entre si, assim como para equilibrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 também busca a realização dos direitos humanos de todos, a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as meninas e mulheres. Essa ambiciosa agenda universal deverá ser cumprida por todos os países e por todas as partes interessadas, atuando em uma parceria colaborativa.

O estabelecimento do ODS 6, “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos”, reflete o aumento da atenção para os problemas relacionados com a água e o saneamento na agenda política global. A Agenda 2030 aponta o aumento das desigualdades, o esgotamento dos recursos naturais, a degradação ambiental e a mudança climática como alguns dos maiores desafios dos nossos tempos. A Agenda reconhece que o desenvolvimento social e a prosperidade econômica dependem da gestão sustentável dos recursos hídricos e dos ecossistemas, e também destaca a natureza integrada dos ODS.

Este primeiro Relatório-síntese sobre o ODS 6 busca fundamentar as discussões entre os Estados-membros no âmbito do *Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável*, que ocorreu em julho de 2018. É uma análise aprofundada que inclui dados sobre a linha de base global do ODS 6, a situação atual e as tendências nos âmbitos global e regional, e sobre o que é necessário fazer para atingir esse objetivo até 2030. O Relatório tem como base os dados mais recentes disponíveis para os 11 indicadores globais do ODS 6<sup>1</sup>, selecionados pelos Estados-membros para monitorar o progresso em direção aos oito objetivos globais, e também reúne em dados e evidências complementares de uma ampla gama de fontes de informação.

### Gestão sustentável da água e do saneamento para todos

A água doce, em quantidade e qualidade suficientes, é essencial em todos os aspectos da vida e do desenvolvimento sustentável. Os direitos humanos de acesso à água e ao saneamento são amplamente reconhecidos pelos Estados-membros. Os recursos hídricos são intrinsecamente associados a todos os aspectos do desenvolvimento (por exemplo, à segurança alimentar, à promoção da saúde e à redução da pobreza), e são necessários para sustentar o crescimento econômico na agricultura, na indústria e na geração de energia, assim como para a manutenção de ecossistemas saudáveis.

Os ecossistemas relacionados com a água e o meio ambiente sempre forneceram locais naturais para civilizações e assentamentos humanos, trazendo benefícios como o transporte, a purificação natural, a irrigação, a proteção contra enchentes e os *habitats* para a biodiversidade. No entanto, o crescimento da população, a intensificação da agricultura, a urbanização, a produção e a poluição industrial, além da mudança climática, estão começando a sobrecarregar e prejudicar a capacidade da natureza de

“A água doce, em quantidade e qualidade suficientes, é essencial em todos os aspectos da vida e do desenvolvimento sustentável. Os direitos humanos de acesso à água e ao saneamento são amplamente reconhecidos pelos Estados-membros. Os recursos hídricos são intrinsecamente associados a todos os aspectos do desenvolvimento (por exemplo, à segurança alimentar, à promoção da saúde e à redução da pobreza), e são necessários para sustentar o crescimento econômico na agricultura, na indústria e na geração de energia, assim como para a manutenção de ecossistemas saudáveis”.

<sup>1</sup> Os dados relacionados às Metas têm como base os levantamentos mais recentes, conduzidos em 2015 (dados sobre água, saneamento e higiene e a maior parte dos dados sobre os Mdl) e em 2017, ou foram coletados anteriormente.

fornecer funções e serviços essenciais. As estimativas sugerem que, se o ambiente natural continuar a ser degradado e se persistirem as pressões insustentáveis sobre os recursos hídricos mundiais, 45% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 52% da população de todo o mundo e 40% da produção mundial de grãos estarão em risco até 2050. As populações mais pobres e marginalizadas serão afetadas de maneira desproporcional, o que agravará ainda mais o aumento das desigualdades.

A agricultura (incluindo a irrigação, a pecuária e a aquicultura) destaca-se como a atividade humana que demanda o maior consumo de água, sendo responsável por 69% das captações hídricas anuais em todo o mundo. A indústria (incluindo a geração de energia) é responsável por 19%, e o uso doméstico, por 12% de todo o consumo mundial. Todos esses usos da água podem poluir os recursos hídricos. A maior parte das águas residuais dos municípios, das indústrias e das fontes agrícolas é despejada sem tratamento nos corpos hídricos. Essa poluição, se não for enfrentada, reduzirá ainda mais a disponibilidade de água para beber e para outros usos, além de degradar os ecossistemas.

Existe um consenso crescente quanto ao fato de que os desafios podem ser resolvidos com a adoção de uma abordagem mais integrada na gestão e na alocação dos recursos hídricos, que envolve a proteção dos ecossistemas, dos quais a sociedade e a economia dependem. O conceito de *gestão integrada dos recursos hídricos* (GIRH) é contemplado na Agenda 2030 e requer que os governos considerem de que forma os recursos hídricos interligam diferentes partes da sociedade e como as decisões de um setor podem afetar o uso da água em outros setores. Essa abordagem deve envolver todos os atores e todas as partes interessadas, em todos os níveis, que usem e potencialmente poluam a água, para que sua gestão seja realizada de forma equitativa e sustentável.

## Alcançar as Metas do ODS 6

O ODS 6 inclui oito Metas globais que são universalmente aplicáveis e de grandes pretensões. No entanto, cada governo deve decidir como incorporar essas Metas nos processos de planejamento nacional, bem como nas suas políticas e estratégias, com base em sua realidade nacional, em suas capacidades, em seu nível de desenvolvimento e em suas prioridades.

As Metas abrangem todo o ciclo da água, incluindo: o fornecimento de serviços de água potável (6.1); saneamento e higiene (6.2); o tratamento e o reúso de águas residuais e a qualidade da água no meio ambiente (6.3); a eficiência do uso da água e a escassez (6.4); a gestão integrada da água, inclusive por meio de cooperação transfronteiriça (6.5); a proteção e a restauração dos ecossistemas relacionados com a água (6.6); a cooperação internacional e o desenvolvimento de capacidades (6.a); e a participação na gestão da água e do saneamento (6.b).

Este Relatório reconhece que monitorar o progresso para atingir o ODS 6 é um processo de aprendizagem, de revisão e de melhoramento, e que a seleção dos indicadores, a coleta de dados e as respectivas metodologias refletem um trabalho em andamento, tendo em vista que os países estão em fases diferentes no desenvolvimento de seus mecanismos de monitoramento e informação. Menos da metade dos Estados-membros dispõem de dados comparáveis sobre o progresso de cada uma das Metas do ODS 6. Quase 60% dos países não têm dados disponíveis para mais de quatro indicadores globais do ODS 6, e apenas 6% reportaram sobre mais de oito indicadores globais, o que representa uma grande lacuna de conhecimento. Para as metas relacionadas com água, saneamento e higiene (WASH, na sigla em inglês), existem dados acumulados desde 2000, ao longo do período dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), enquanto que, para a maior parte das outras metas, o histórico de aquisição de dados é mais recente.

### Meta 6.1: Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e a preço acessível para todos

Alcançar até 2030 o acesso universal à água potável, segura e a preço acessível para todos representa um enorme desafio para todos os países, não apenas para os de baixa renda. A proporção da população global que usa pelo menos um serviço básico de água potável cresceu de 81%, em 2000, para 89%, em 2015. No entanto, apenas um em cada cinco países com menos de 95% de cobertura desse serviço está no caminho certo para alcançar o acesso universal a serviços básicos de abastecimento de água até 2030. Atingir a Meta 6.1 significa realizar o trabalho inacabado de estender esses serviços para 844 milhões de pessoas que ainda não têm nem mesmo um serviço básico de água, assim como melhorar progressivamente a qualidade dos serviços para 2,1 bilhões de pessoas que não têm acesso à água em suas residências, que esteja disponível quando necessitam e livre de contaminação (ou seja, água potável gerenciada com segurança). Isso também implica ir além do uso doméstico, promovendo o acesso a esses serviços em escolas, centros sanitários e outras instituições.

O compromisso de “não deixar ninguém para trás” demandará uma maior atenção aos grupos desfavorecidos e esforços para monitorar a eliminação de desigualdades no acesso aos serviços de abastecimento de água potável. Dados desagregados sobre os serviços básicos estão disponíveis para um número crescente de países (80), por área rural ou urbana, grupo social e região subnacional. Isso permite que os governos identifiquem e atinjam os grupos desfavorecidos. No entanto, é necessário continuar o trabalho de desagregação das estimativas de dados sobre os serviços geridos de forma segura.

Nos países onde uma grande parcela da população ainda carece até mesmo de um serviço básico de abastecimento

de água potável, o foco inicial deve ser mantido na garantia de que todos tenham acesso a fontes melhores de água potável e na redução do tempo gasto na coleta de água (principalmente por mulheres e meninas). É também necessário continuar o trabalho realizado para estabelecer um método comum para avaliar o preço acessível desse recurso, porque o pagamento pelos serviços não deveria ser um obstáculo para acessá-los.

## **Meta 6.2: Alcançar o acesso a saneamento e a higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto**

Alcançar até 2030 o acesso universal a saneamento e higiene, adequado e equitativo, é um grande desafio em muitas partes do mundo. A Meta 6.2 demanda que os países acabem com a defecação a céu aberto para garantir que todos tenham acesso a um serviço sanitário básico e para que sejam instalados sistemas de gestão segura de excrementos. A proporção da população mundial que usa pelo menos uma instalação sanitária básica tem aumentado, de 59%, em 2000, para 68%, entre 2000 e 2015. No entanto, 2,3 bilhões de pessoas ainda não dispõem de serviços de saneamento básico, incluindo 70% nas zonas rurais, e apenas 1 em cada 10 países com cobertura de serviços abaixo de 95% estava no caminho certo para alcançar a cobertura universal até 2030. Além disso, até 2015, 4,5 bilhões de pessoas em todo o mundo necessitavam de um serviço de saneamento gerenciado com segurança, em que os excrementos são descartados de forma segura no próprio local, ou tratados em outro local.

A Meta 6.2 também destaca a importância da higiene e demanda atenção especial para as necessidades de mulheres e meninas. A lavagem das mãos com água e sabão é amplamente reconhecida como prioridade máxima para reduzir a transmissão de doenças. A situação em âmbito mundial ainda é desconhecida, mas sabe-se que os países menos desenvolvidos apresentam a menor cobertura em termos de instalações sanitárias: apenas 27% deles tinham instalações básicas para a lavagem das mãos, sendo que a cobertura mais elevada ocorre em zonas urbanas, alcançando 39% do total dessa população.

Cerca de 892 milhões de pessoas ainda praticam a defecação a céu aberto. Entre 2000 e 2015, esse montante total diminuiu de pouco mais de 1,2 bilhão. Das pessoas que ainda praticavam a defecação a céu aberto nesse período, 90% viviam em zonas rurais, e a maioria vivia em apenas duas regiões: 558 milhões na Ásia Central e no Sul da Ásia, e 220 milhões na África Subsaariana. Portanto, será necessário um esforço substancial para acabar com essa prática até 2030.

Será necessário um investimento considerável, especialmente nas áreas urbanas com rápido crescimento, apesar

das soluções variarem, dependendo da importância relativa das redes de esgoto e dos sistemas de saneamento *in loco*. Fortalecer as capacidades das autoridades locais e nacionais para gerenciar e regular os sistemas de saneamento será uma alta prioridade, assim como o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de informação, especialmente nos países de renda baixa e média.

## **Meta 6.3: Melhorar a qualidade da água, o tratamento das águas residuais e a reutilização segura**

Coletar, tratar e reutilizar águas residuais de origem doméstica e industrial, reduzindo a poluição difusa e melhorando a qualidade da água, são grandes desafios para o setor hídrico. A qualidade da água no meio ambiente está em risco em todo o mundo. A poluição hídrica é prevalente e está aumentando em várias regiões. Estimativas preliminares sobre a destinação das águas residuais de uso doméstico de 79 países (a maioria de renda alta ou média-alta) mostraram que 59% das águas são tratadas de forma segura. Para esses países, estimou-se também que os níveis de tratamento seguro das águas residuais produzidas por residências que têm ligação com a rede de esgotos e por residências com instalações *in loco* (*on-site*, ou seja, latrinas e fossas) correspondem a 76% e 18%, respectivamente.

Apesar de os problemas da qualidade da água estarem associados em grande parte aos países em desenvolvimento, eles também persistem em países desenvolvidos e incluem a perda de corpos d'água de elevada qualidade, impactos associados a mudanças na hidromorfologia, ao aumento dos contaminantes emergentes e à proliferação de espécies invasoras.

A dimensão da poluição industrial não é conhecida, porque os despejos não são bem monitorados, e os dados relevantes raramente são computados nas estatísticas em âmbito nacional. Embora parte das águas residuais domésticas e industriais sejam tratadas *in loco*, poucos dados estão disponíveis de forma consolidada para avaliações nacionais e regionais. Em muitos países, falta a capacidade de coleta e análise dos dados necessários para uma avaliação completa. O monitoramento confiável da qualidade da água é essencial para orientar as prioridades de investimento. Isso também é importante para a avaliação da situação dos ecossistemas aquáticos e da necessidade de sua proteção e recuperação.

A vontade política crescente de enfrentar a poluição hídrica na própria fonte e de tratar as águas residuais protegerá a saúde pública e o meio ambiente, mitigará os onerosos impactos da poluição e aumentará a disponibilidade de recursos hídricos. As águas residuais são uma fonte subaproveitada de água, energia, nutrientes e de outros subprodutos recuperáveis. Reciclar, reutilizar e recuperar o que normalmente é considerado apenas como resíduo pode aliviar o estresse hídrico e produzir muitos benefícios sociais, econômicos e ambientais.





Esgoto. Foto: Trey Ratcliff Creative Commons

## Meta 6.4: Aumentar a eficiência do uso da água e garantir o abastecimento de água doce

Poucos países têm os recursos naturais e financeiros para continuar aumentando seu abastecimento de água. A alternativa é realizar um melhor uso dos recursos hídricos disponíveis. Esta meta aborda o problema da escassez hídrica e a importância de aumentar a eficiência do uso da água, sendo que esta é uma medida do valor da água para a economia e para a sociedade, expressa em unidades de dólares norte-americanos por metro cúbico de água usada (US\$/m<sup>3</sup>).

Mais de 2 bilhões de pessoas moram em países que vivem uma situação de grande estresse hídrico. Isso afeta todos os continentes, dificulta a sustentabilidade e limita o desenvolvimento social e econômico. Apesar de a média global ser de apenas 11%, 31 países apresentam estresse hídrico entre 25% (o início da situação de estresse) e 70%, enquanto 22 países apresentam valores superiores a 70% e estão em uma situação de estresse grave. Os níveis mais elevados de estresse hídrico são encontrados no Norte de África e na Ásia Ocidental, na Ásia Central e no Sul da Ásia. A África Subsaariana apresenta um nível de estresse de apenas 3%, mas esse número esconde as grandes diferenças entre as zonas mais úmidas e mais secas da região. Os níveis de estresse hídrico provavelmente aumentarão à medida que as populações e a demanda hídrica aumentarem, e os efeitos da mudança climática se intensificarem.

O setor agrícola é o maior consumidor de água, sendo responsável por cerca de 70% de todas as captações mundiais do recurso, chegando a alcançar até 90% em alguns países áridos. Poupar apenas uma fração dessa água poderia aliviar de forma significativa o estresse hídrico em outros setores. Fontes alternativas, tais como as águas residuais, o escoamento de águas pluviais e a dessalinização também podem colaborar para aliviar o estresse hídrico. O reúso seguro de águas residuais e a reciclagem são fontes significativas ainda não aproveitadas pela indústria e pela agricultura, mas seu uso enfrenta barreiras políticas e culturais. Outra opção é a importação de alimentos produzidos em países com abundância hídrica, mas isso pode entrar em choque com as sensibilidades políticas, visto que os países procuram alcançar a segurança alimentar em termos de autossuficiência.

A eficiência do uso de água corresponde, em âmbito mundial, a 15 US\$/m<sup>3</sup>, mas os valores variam entre 2 US\$/m<sup>3</sup>, para países que dependem da agricultura, e 1.000 US\$/m<sup>3</sup> em países altamente industrializados, caracterizados por economias com base na prestação de serviços ou outros tipos de economias, que dependem de recursos naturais. No entanto, essa informação não é suficiente para definir políticas detalhadas e tomar decisões operacionais específicas para melhorar a eficiência dos vários usuários da água. Portanto, indicadores adicionais que reflitam esses vários tipos de usos poderiam ser muito úteis. Entre as principais questões que esses indicadores deveriam monitorar destacam-se o melhoramento da produtividade hídrica, a irrigação na agricultura, a redução das perdas nas redes de distribuição municipal, bem como os processos industriais e de resfriamento de energias.

"O principal desafio no setor da água consiste em viabilizar e acelerar o progresso para alcançar o ODS 6, com base nos resultados da avaliação do progresso das Metas do ODS 6. O setor da água está lutando para melhorar a gestão dos recursos hídricos e aumentar a cobertura e a qualidade dos serviços de água e saneamento. Alguns dos muitos desafios são ações práticas que envolvem o lado 'visível' da água, tais como instalar torneiras e vasos sanitários, construir reservatórios, perfurar poços, tratar e reutilizar/reciclar águas residuais. No entanto, algumas ações são muito menos visíveis".

## Meta 6.5: Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos

A Agenda 2030 engaja plenamente os Estados-membros na *gestão integrada dos recursos hídricos* (GIRH) e na cooperação transfronteiriça para recursos hídricos compartilhados. Colocar isso em prática será o passo mais amplo a ser dado pelos países para alcançar o ODS 6. Cerca de 80% dos países de todas as regiões e todos os níveis de desenvolvimento contribuíram para o levantamento de dados relevantes. A média global do nível de implementação da GIRH é 48% (um nível médio-baixo), mas existem grandes variações entre os países. Apenas 25% dos países nos três grupos com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) atingiram a classificação de nível médio-baixo. Um progresso modesto já está em curso, mas, de qualquer forma, a maior parte dos países não atingirá essa meta até 2030 se a implementação continuar nesse ritmo. Analisando os componentes da GIRH de forma separada, identifica-se grande parte dos progressos na implementação no que tange à coordenação intersetorial e na participação pública em âmbito nacional (62%), mas o financiamento (33%), as questões de gênero (33%) e a gestão de aquíferos (41%), também são áreas sensíveis. Não existe uma abordagem universal para a implementação da GIRH, e cada país deve desenvolver o seu próprio caminho, com base em circunstâncias políticas, sociais, ambientais e econômicas.

A água oferece uma oportunidade para a cooperação entre países, e não uma fonte de conflitos. A implementação da GIRH em âmbito transfronteiriço demonstra a necessidade crítica de fortalecer a cooperação no que se refere a recursos hídricos compartilhados. A média da porcentagem nacional de bacias hidrográficas transnacionais abrangidas por um acordo operacional é de 59% (com base em dados de 2017–2018 de 61 dos 153 países que compartilham águas transnacionais). No entanto, os acordos operacionais e os organismos conjuntos já estabelecidos são de diversos tipos e demonstraram que, apesar de se fundamentarem nos princípios do direito consuetudinário, não existe uma solução universal para como estes devem ser. Os países relataram alguns obstáculos para chegarem a um acordo. Esses obstáculos incluem: falta de vontade política e assimetrias de poder entre países ripários; estruturas legais, institucionais e administrativas nacionais fragmentadas; falta de capacidade financeira, humana e técnica; e falta de disponibilidade de dados, especialmente em relação aos aquíferos transfronteiriços e aos seus limites.

## Meta 6.6: Proteger e restaurar os ecossistemas relacionados com a água

Historicamente, a busca pelo desenvolvimento econômico e social tem dependido da exploração dos recursos naturais, bem como dos ecossistemas relacionados com a água. Atualmente, à medida que a demanda por água doce aumenta, as ações de sensibilização enfocam a garantia de que seja mantida a capacidade limitada do ambiente natural de sustentar os vários serviços dos quais a nossa sociedade depende. Os ecossistemas relacionados com a água servem de fundamento para outros ODS, mas também dependem deles, especialmente dos relacionados com a produção de alimentos e energia, com a biodiversidade e com os ecossistemas terrestres e marinhos. Em outros termos: não é possível proteger e restaurar os ecossistemas relacionados com a água sem que haja progresso nos outros objetivos, e vice-versa.

O mundo já perdeu 70% de suas zonas úmidas naturais ao longo do último século e, como consequência disso, também ocorreu uma perda significativa de fauna e flora de água doce. Corpos de água artificiais, tais como reservatórios, barragens e arrozais, têm aumentado na maioria das regiões, mas os sistemas atuais de coleta de dados não diferenciam entre corpos de água naturais e artificiais. Certos relatórios sugerem que os dados coletados em todo o mundo até hoje, no âmbito dos processos associados aos ODS, não refletem o estado geral ou as tendências referentes aos ecossistemas de água doce, descritas por outras fontes de dados. O indicador global é útil, mas é muito amplo. Os dados produzidos até agora pelos países são insuficientes para mensurar adequadamente o progresso desta Meta. Para compreender com precisão os ecossistemas relacionados com a água e os benefícios que eles oferecem, serão necessários dados mais detalhados. As observações geo-espaciais podem complementar os dados obtidos *in loco* e apoiar os esforços nacionais para a aquisição e a comunicação de dados relevantes para esta Meta.

Os Estados-membros deverão fortalecer suas capacidades, aumentar os recursos financeiros e estabelecer funções e responsabilidades claras no que se refere à coleta e ao processamento dos dados. Nesse sentido, o monitoramento dos ecossistemas e das bacias hidrográficas é muito importante. Em particular, o monitoramento

em âmbito local oferece evidências para ações práticas, enquanto o monitoramento mais extenso das bacias hidrográficas fornece uma perspectiva geral.

## Objetivo 6.a: Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação

Ampliar a cooperação internacional e apoiar o desenvolvimento de capacidades são ações fundamentais que contribuem para alcançar vários objetivos, incluindo o ODS 6. Mais de 80% dos países participantes no ciclo de 2016–2017 da iniciativa da UN-Water Análise e Avaliação Mundial da Água Potável e do Saneamento (UN-Water GLAAS, na sigla em inglês) relataram que os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para alcançar as metas nacionais de água, saneamento e higiene (WASH). Portanto, é clara a necessidade de aumentar os recursos financeiros para alcançar as Metas de 6.1 a 6.6 do ODS 6.

O financiamento do setor da água tem aumentado desde 2005, assim como a assistência voltada para recursos hídricos de uso agrícola, que quase triplicou. No entanto, a assistência oficial para o desenvolvimento (AOD), no que se refere ao setor de recursos hídricos como um todo, tem se mantido constante, correspondendo a 5% do montante total desembolsado em AOD. O desembolso total em AOD para o setor da água aumentou de US\$ 7,2 bilhões, em 2011, para US\$ 8,8 bilhões, em 2016.

Os dados atuais não são suficientes para se entender até que ponto a AOD é computada nos planos de despesa coordenados pelos governos. Nesse sentido, espera-se que, futuramente, seja desenvolvido um sistema de monitoramento desta Meta. É necessário entender melhor a extensão e o valor da cooperação internacional, especialmente no que tange ao apoio para o desenvolvimento de capacidades, tendo em vista que atualmente esses dados não estão contemplados pelo indicador relevante. Tanto a Meta quanto o indicador enfocam especialmente o apoio externo e apontam para a necessidade e o potencial em termos de fortalecimento da cooperação nacional. Nesse sentido, deveria ser considerada a possibilidade de definir indicadores adicionais ou de modificar os existentes.

## Meta 6.b: Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

Uma gestão efetiva e sustentável dos recursos hídricos depende da participação de várias partes interessadas, incluindo as comunidades locais. Mais de 75% dos países informaram que já dispõem de políticas e procedimentos claramente definidos para que os usuários dos serviços e as comunidades participem dos programas de plane-

jamento para o abastecimento de água potável (urbano: 79%; rural: 85%) e saneamento (urbano: 79%; rural: 81%). Para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos, 83% dos países que forneceram informações já têm implementado políticas e procedimentos relevantes.

A participação no monitoramento era limitada antes da aprovação dos ODS, e o sistema de monitoramento para esta Meta ainda está sendo desenvolvido. É preciso reconhecer que a participação não pode ser mensurada apenas quantitativamente. Nesse sentido, é necessário ter um conjunto de indicadores mais bem definidos para mensurar a qualidade da participação, levando em consideração, por exemplo, a natureza, a efetividade e a importância dessa participação.

Para esta Meta, o monitoramento dos progressos é dominado pelas informações derivadas dos setores de água, saneamento e higiene, sendo que já está disponível uma grande quantidade de dados da iniciativa GLAAS. No entanto, dados de outras áreas (tais como aquelas referentes à GIRH) foram incluídos no último ciclo de levantamento de dados (2016–2017), embora ainda faltem dados sobre as tendências. É necessário refinar o monitoramento para “dar voz” aos grupos de outros setores, especialmente na agricultura, onde já existe uma tradição consolidada de participação dos produtores rurais no âmbito de associações de usuários de água.

## Viabilizar e acelerar o progresso

O maior desafio no setor de recursos hídricos consiste em viabilizar e acelerar os progressos para se atingir o ODS 6, com base nos resultados da avaliação dos progressos referentes às suas próprias Metas. No setor de recursos hídricos, observa-se uma certa dificuldade quanto a melhorar a gestão, bem como a aumentar a cobertura e a qualidade dos serviços de água e saneamento. Alguns desafios, entre muitos outros, consistem em ações práticas que são voltadas para o “lado visível” da questão da água, como, por exemplo, a instalação de torneiras e banheiros, a construção de reservatórios, a perfuração de poços, e o tratamento e a reutilização/reciclagem de águas residuais. Contudo, algumas ações são bem menos visíveis. Essas ações são muito mais desafiadoras e complexas, mas são necessárias para abordar o “lado visível” da questão da água. Exemplos desse outro tipo de ações incluem: a necessidade de haver uma boa governança dos recursos hídricos, que é crucial para a implementação da GIRH; a superação dos desafios associados ao compartilhamento dos recursos hídricos e os respectivos benefícios disso, que perpassam as fronteiras nacionais; e o enfrentamento do controverso assunto da desigualdade, tendo em vista que os ricos contam com melhores serviços hídricos do que os pobres, e que os proprietários rurais mais ricos e poderosos controlam o uso da água, reduzindo ainda mais a produtividade dos pequenos proprietários.





Menina fecha uma latrina em uma vila entre as regiões de Gabu e Bafatá (Guiné-Bissau), que acaba de ser declarada livre de defecação a céu aberto. Foto: © UNICEF/UNI137336/LeMoyné

O Objetivo 17 ("Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável") oferece um marco de ação para viabilizar e acelerar o progresso em todos os aspectos do ODS 6, incluindo os desafios da GIRH e a eliminação das desigualdades, o que será essencial para alcançar o ODS 6 e "não deixar ninguém para trás". Os Mdl para a água e o saneamento incluem governança, financiamento, desenvolvimento de capacidades e aquisição e comunicação de dados. Esses Mdl estão interligados, e as políticas efetivas no âmbito de cada atividade se reforçam mutuamente. Todos esses são elementos essenciais para alcançar as Metas do ODS 6.

## Governança

A boa governança dos recursos hídricos constitui um pilar essencial para alcançar o ODS 6. Entretanto, em muitos países, as estruturas de governança tendem a ser fracas e fragmentadas. Por meio da boa gestão dos recursos hídricos, podem ser estabelecidas regras, práticas e processos políticos, institucionais e administrativos necessários para a tomada de decisões e sua implementação.

Os governos têm a responsabilidade de muitas funções de governança, tais como a formulação de políticas, o desenvolvimento de marcos legais, o planejamento, a coordenação, a alocação orçamentária e o financiamento, o desenvolvimento de capacidades, a aquisição e o monitoramento de dados, e a regulação. No entanto, a governança transcende cada vez mais a estrutura governamental e leva em consideração a cooperação

com outras partes interessadas, como o setor privado. Nesse sentido, uma boa governança dos recursos hídricos contempla muitos elementos, mas inclui principalmente: instituições do Estado que sejam efetivas e responsáveis e que respondam às mudanças; abertura e transparência, ao proporcionar informações às partes interessadas; e fornecer aos cidadãos e às comunidades uma voz e um papel na tomada de decisões.

A participação e o engajamento das várias partes interessadas são componentes importantes dos processos políticos, embora a mensuração da sua efetividade ainda seja incipiente. Está demonstrado que é essencial a existência de uma plataforma transparente, universal e neutra para que o governo e os grupos de cidadãos mobilizem os recursos disponíveis e procurem maneiras alternativas de garantir o melhoramento dos serviços de abastecimento de água; além disso, essa plataforma complementa o apoio aos governos locais. Nesse sentido, também é fundamental desenvolver capacidades relevantes para a formulação de políticas e para sua aplicação na prática.

### (a) Gestão integrada de recursos hídricos (GIRH)

Uma boa gestão da água é chave para a realização da GIRH. À medida que a pressão sobre os recursos hídricos tem aumentado nos últimos 25 anos, também tem crescido a busca por uma maior cooperação no setor de recursos hídricos. O conceito de GIRH tem sido cada vez mais aceito e também está incorporado na Agenda 2030 (Meta 6.5). A GIRH define o ambiente que permite a integração e aponta para a necessidade



de um marco institucional mais sólido (que inclua a *participação*), bem como para a necessidade de se ter instrumentos para a gestão efetiva dos recursos hídricos (incluindo aqueles compartilhados além das fronteiras nacionais) e o financiamento necessário para o desenvolvimento e a gestão desses recursos.

A GIRH é um conceito relativamente simples, mas complexo de ser colocado em prática. Não existe uma solução universal, e cada país deve procurar o seu próprio método. As experiências de outros países que têm buscado viabilizar a GIRH podem servir de referência. O progresso nessa direção está associado ao estado da economia nacional e ao nível de governança efetiva, embora um baixo IDH não seja necessariamente um obstáculo.

A realização da GIRH em escala transfronteiriça comprova ainda mais a necessidade crítica de se fortalecer a cooperação no que tange à gestão dos recursos hídricos compartilhados, bem como no que tange aos seus benefícios. Os países precisam cooperar para garantir que os rios, lagos e aquíferos transfronteiriços sejam geridos de forma equitativa e sustentável.

#### **(b) Eliminar as desigualdades**

A boa governança da água é fundamental para a eliminação das desigualdades. O acesso equitativo à água em quantidade suficiente, em condições de segurança e com preço acessível, bem como ao saneamento e à higiene adequados, podem fazer a diferença entre prosperidade e pobreza, entre bem-estar e má saúde, e até mesmo entre a vida e a morte. A pobreza tem diminuído significativamente, e o acesso aos serviços de água, saneamento e higiene tem aumentado ao longo dos últimos 20 anos. Entretanto, as desigualdades continuam aumentando: estão elevadas como nunca visto antes e afetam quase todos os países. Em geral, as pessoas mais ricas têm melhor acesso aos serviços de água, saneamento e higiene do que as pessoas pobres, e os proprietários de terra mais ricos muitas vezes controlam os recursos hídricos de maneiras que reduzem a produtividade dos pequenos proprietários. No entanto, a influência econômica é apenas uma parte da história. As desigualdades na sociedade existem entre comunidades urbanas e rurais, bem como dentro das comunidades urbanas e entre diferentes culturas e gêneros.

Apenas 62% das pessoas nos países menos desenvolvidos têm acesso a um serviço básico de fornecimento de água potável, sendo que a média da população mundial é de 89%. A disparidade no que se refere aos serviços de saneamento básico é ainda maior, pois sua cobertura em países em desenvolvimento (32%) é menor do que a metade da média mundial (68%). Apenas 27% da população dos países menos desenvolvidos tem em sua residência instalações básicas para a lavagem das mãos. Há diferenças marcantes entre Estados frágeis e menos frágeis, e as comunidades rurais estão em condições piores do que as urbanas. As populações urba-

nas estão crescendo rapidamente, e as favelas podem aumentar se o crescimento não for gerenciado adequadamente. A origem étnica é outro fator importante na determinação do acesso à água e ao saneamento. Comunidades tribais e povos indígenas representam mais de 15% de todos os pobres do mundo, apesar de corresponderem a menos de 5% da população mundial. Eles ocupam aproximadamente 22% da superfície da Terra e protegem quase 80% da biodiversidade remanescente no planeta. Muitos países não estão conseguindo implementar políticas suficientemente voltadas para os mais vulneráveis. Poucos países contam com instrumentos financeiros direcionados a essas populações, o que pode chegar a 27% no que se refere à água potável e 19% aos serviços de saneamento.

## **Financiamento**

As necessidades de financiamento do setor de recursos hídricos permanecem elevadas. É necessário contar com um maior volume de fundos, tanto para apoiar o uso mais efetivo dos recursos existentes quanto para prover novos modelos de financiamento, para produzir melhores oportunidades e, com isso, acelerar o progresso nos próximos anos. Os recursos financeiros disponíveis atualmente não são suficientes para atingir o ODS 6. O Banco Mundial estima que os custos anuais de capital necessários para atingir as Metas 6.1 e 6.2 são de US\$ 114 bilhões por ano. Isso não inclui as outras Metas do ODS 6, e também não inclui a operação e a manutenção, o monitoramento, o apoio institucional, o fortalecimento do setor e os recursos humanos.

Investimentos em água, saneamento e higiene geram benefícios sociais e ambientais, assim como acontece com os investimentos em outros setores relevantes que usam água. As estimativas dos custos anuais de danos causados por enchentes, por serviços inadequados de água, saneamento e higiene, e pela escassez hídrica, chegam aos US\$ 500 bilhões. Esse valor seria bem mais elevado caso fossem considerados e avaliados os custos ambientais. Os benefícios associados aos investimentos em segurança hídrica deveriam reduzir esses custos e promover o crescimento econômico, que, por meio da geração de receita, pode apoiar investimentos futuros, criando assim um círculo virtuoso.

Os parceiros para o desenvolvimento do setor de água, saneamento e higiene, identificaram três desafios financeiros: (1) a falta de financiamento para fortalecer o ambiente favorável e a prestação de serviços; (2) o uso inexplorado de financiamento reembolsável, incluindo microfinanças e finanças mistas; e (3) recursos direcionados de forma inadequada em prol dos pobres e dos mais vulneráveis, que não conseguem ter acesso aos serviços.

Superar o déficit de financiamento exige a melhoria da eficiência dos recursos financeiros existentes, junto com o aumento das fontes inovadoras de financiamento, tais como o financiamento comercial e misto, com o

envolvimento do setor privado. Portanto, é necessário ter um ambiente favorável que considere as características especiais dos investimentos em recurso hídricos (por exemplo, as necessidades de capital inicial elevado, os prazos de retorno mais longos ou a necessidade de gerenciamento dos riscos associados). A AOD é crucial aqui, mas deve ser direcionada para onde for mais eficaz e utilizada para catalisar outras fontes de financiamento.

O Banco Mundial afirmou que essas ações se reforçam mutuamente no setor de água, saneamento e higiene. A melhoria do uso dos recursos existentes, quando combinada com a implementação de reformas, deve levar a um aumento da eficiência, à melhoria dos serviços e ao aumento da capacidade de crédito. Isso pode conduzir ao aumento do acesso a financiamentos reembolsáveis e comerciais, que posteriormente podem ser investidos em melhorias adicionais nos serviços, dando assim continuidade ao ciclo.

## Desenvolvimento de capacidades

A existência de recursos humanos e instituições formais e informais sólidas apoia a boa governança da água. No entanto, uma grave lacuna de capacitação está limitando o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos em todas as suas facetas, na maioria dos países em desenvolvimento, particularmente na África Subsaariana, no Sul da Ásia e no Sudeste Asiático. A falta de recursos humanos adequados foi identificada em todas as áreas-chave da gestão dos recursos hídricos, incluindo: agricultura e irrigação; gestão de riscos relacionados à água; serviços de abastecimento de água e saneamento; tecnologias de tratamento, reciclagem e reutilização de águas residuais; e dessalinização. Esse não é um fenômeno novo, pois há muitas décadas ele tem sido uma das principais preocupações e limitações ao desenvolvimento no que se refere aos recursos hídricos.

Atualmente, vários países estão formulando estratégias nacionais de desenvolvimento de capacidades para o setor de recursos hídricos. No entanto, o grande desafio é a sua implementação. Existem meios para aumentar rapidamente as competências profissionais, de modo a suprir lacunas específicas por meio de programas de curto prazo, de dois a quatro anos de duração. Entretanto, são necessários muitos anos para fortalecer a capacidade institucional com um quadro de profissionais e técnicos experientes e eficazes, que possam planejar e possibilitar o progresso em direção ao ODS 6. Nesse sentido, a solução para tal desafio está no comprometimento de longo prazo e no apoio ao conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades.

## Aquisição e monitoramento dos dados

Os dados fundamentam os elementos da governança, quais sejam: a responsabilização, a transparência e a participação. Por meio dos dados, é possível monitorar os progressos e responsabilizar os fornecedores de serviços, os governos e os parceiros de desenvolvimento. Em muitos

países, faltam os recursos financeiros, institucionais e humanos para adquirir e analisar os dados que apoiam a governança. Menos da metade dos Estados-membros dispõem de dados comparáveis com relação ao progresso em direção ao alcance de cada uma das Metas do ODS 6.

Sem o subsídio dos dados disponíveis, as partes interessadas não têm uma base de conhecimento para confrontar fatos incorretos ou posições preconceituosas. Dados confiáveis, coerentes e, quando possível, desagregados, são essenciais para estimular o empenho político, para fundamentar a formulação de políticas e a tomada de decisões, e para impulsionar investimentos direcionados de forma adequada para obter benefícios sanitários, ambientais e econômicos. A aquisição e o monitoramento de dados requerem compromissos políticos relativos à transparência, o que envolve esforços relacionados com a acessibilidade e o compartilhamento de dados. É importante favorecer uma maior utilização dos dados derivados das observações geoespaciais mais recentes, bem como das atividades de ciência cidadã e do setor privado, de modo a integrá-los nos sistemas de monitoramento de dados em todos os níveis de pesquisa, e buscando complementar as iniciativas de coleta de dados que já estão em andamento.

## Para além do ODS 6

A abordagem integrada à Agenda 2030 reconhece que a maioria dos aspectos da sociedade, do desenvolvimento, do crescimento sustentável e do meio ambiente são simbióticos. Aceitar essa simbiose pode tornar o desenvolvimento mais custo-efetivo, favorecer a maximização de sinergias e reduzir os riscos de que as ações realizadas para atingir um determinado objetivo possam prejudicar o alcance de outros objetivos. Ao mesmo tempo, isso iria assegurar a adequação da sincronização e do sequenciamento das reformas políticas e institucionais, bem como dos investimentos relacionados, de modo que os – limitados – recursos sejam usados de forma eficiente e sustentável. Uma abordagem integrada como essa tem implicações importantes. Os avanços em direção ao alcance do ODS 6 podem viabilizar e acelerar o progresso no que se refere à maioria dos outros ODS; da mesma forma, o sucesso do ODS 6 também dependerá do cumprimento das metas associadas à maioria dos outros ODS.

## A água e a sociedade

A visão transformadora e a ambição dos Estados-membros de acabar com a pobreza e a fome, de combater as desigualdades dentro e entre países, de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, e de proteger os direitos humanos em todo o mundo, estão no centro da Agenda 2030. A água é fundamental para concretizar essa visão e essa ambição. Ela é essencial para a saúde e para o bem-estar da sociedade, para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição.

"A visão transformadora e a ambição dos Estados-membros de acabar com a pobreza e a fome, e de combater as desigualdades dentro e entre países, de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, e de proteger os direitos humanos em todo o mundo, estão no centro da Agenda 2030. A água é fundamental para concretizar essa visão e essa ambição. Ela é essencial para a saúde e para o bem-estar da sociedade, para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição".

A água potável, o saneamento e a higiene adequados são fundamentais para proteger a saúde e contribuir diretamente para o bem-estar das pessoas. As doenças relacionadas à água estão intimamente ligadas à pobreza e afetam de maneira desproporcional as comunidades mais vulneráveis, que não têm acesso até mesmo aos serviços básicos de água, saneamento e higiene. O acesso universal a esses serviços é essencial para acabar com as mortes evitáveis causadas por diarreia e por outras doenças relacionadas à água, bem como para melhorar a nutrição, a prestação de serviços de saúde, o bem-estar social e a produtividade econômica. As estimativas sugerem que cada US\$ 1 investido em água, saneamento e higiene gera um retorno de US\$ 5, levando em consideração todos os benefícios sociais e econômicos. Para alcançar até 2030 as metas relacionadas com água, saneamento e higiene, as desigualdades devem ser eliminadas e as taxas de progresso devem ser aumentadas, principalmente para os mais carentes. Essa ação deverá envolver pessoas que vivem em zonas rurais e em comunidades nas quais as doenças tropicais negligenciadas são endêmicas, e onde são recorrentes os surtos de doenças, como o cólera.

As escolas têm um papel importante aqui. Melhorar o acesso aos serviços de água, saneamento e higiene nas escolas pode melhorar a saúde dos alunos e dos professores, a participação escolar e o bem-estar, ocasionando melhores resultados educacionais para todos. Isso é particularmente benéfico para as meninas e adolescentes, em termos de gestão da higiene menstrual. Os estudantes estão bem predispostos a aprender sobre serviços seguros de água e saneamento, tanto nas salas de aula quanto na prática, pois, assim, eles e suas famílias são capazes de entender as relações entre água, saúde e nutrição.

O acesso a serviços de água, saneamento e higiene, combinado com a segurança alimentar, pode reduzir infecções que agravam a subnutrição. Quando esses serviços são precários, eles contribuem para a subnutrição, que é um problema de saúde tanto no ambiente rural quanto no urbano – apesar de ser mais grave nas comunidades rurais. A subnutrição é endêmica nas populações pobres da África Subsaariana e da Ásia, onde muitas pessoas vivem em condições insalubres e não obtêm as calorias, as proteínas e os micronutrientes suficientes. Em 2016, quase 25% das crianças com menos de 5 anos apresentavam desnutrição crônica, e 10% delas, desnutrição aguda.

As mulheres são as principais responsáveis pela gestão da água de uso doméstico, pois a coletam para consumo

na residência familiar e para a irrigação de hortas. Muitas mulheres de domicílios pobres sofrem com a responsabilidade de buscar água em fontes distantes e, muitas vezes, não têm outra opção a não ser utilizar águas residuais poluídas para fins domésticos. Devido a esse papel que têm na sociedade e em suas famílias, muitas vezes as mulheres estão perigosamente expostas a águas insalubres e, portanto, são elas as mais afetadas pela falta de instalações de saneamento adequadas e/ou pela falta de gestão básica das águas residuais.

As mulheres precisam ter uma participação muito maior na tomada de decisões sobre as infraestruturas e os serviços de água, saneamento e higiene. Elas também precisam estar envolvidas nas decisões sobre a localização, o planejamento e a gestão dos pontos de água e das instalações sanitárias. Mulheres e homens precisam ser representados de forma equitativa nas instâncias de gestão relacionadas com os serviços de água, saneamento e higiene, bem como nas empresas fornecedoras desses serviços e nas associações de usuários de água. Além disso, é necessário que haja um esforço bem coordenado para promover mais mulheres a posições de liderança. Portanto, os governos nacionais e locais devem integrar as questões de gênero na formulação de políticas e na tomada de decisões e, da mesma forma, devem criar as condições para que as mulheres tenham voz efetiva e possam participar de maneira significativa nesses processos.

A água é um ingrediente fundamental para a agricultura e para a produção de alimentos. Ela representa um fator intrínseco para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. A maior parte das captações de água são realizadas pelo setor agrícola. Por isso, a falta e a escassez de água podem afetar gravemente a agricultura e a produção de alimentos, especialmente nos países em desenvolvimento mais vulneráveis, onde a demanda por alimentos está aumentando e onde a subnutrição é endêmica. A fome mundial está novamente em crescimento, depois de um período prolongado de declínio, pois mais pessoas estão sofrendo de insegurança alimentar. Observa-se isso principalmente na África Subsaariana, região que sofre os maiores níveis de insegurança alimentar, que afeta quase 30% da população. Os conflitos e as situações de fragilidade também têm ameaçado a segurança alimentar e, muitas vezes, sua gravidade é reforçada pelas inundações e pelas secas, visto que ambas podem devastar as plantações e as colheitas.





Agricultores vietnamitas e búfalos-d'água trabalham um arrozal. Foto: UN Photo/Kibae Park

## A água e o meio ambiente

Os ecossistemas e seus habitantes, incluindo os seres humanos, são usuários da água. Os ecossistemas relacionados com a água incluem zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, e eles sustentam grande parte da biodiversidade e da vida na Terra. Eles são vitais para fornecer benefícios e serviços, como água potável, água para a produção de alimentos e energia, *habitats* para a vida aquática, soluções naturais para a purificação da água e a resiliência climática. Se são bem gerenciados, os ecossistemas contribuem para satisfazer diversas demandas por água, para mitigar riscos, promover a estabilidade e medidas de criação de confiança. Portanto, eles são essenciais para o desenvolvimento sustentável, para a paz, para a segurança e para o bem-estar humano.

Os ecossistemas relacionados com a água estão cada vez mais sob ameaça, à medida que aumenta a demanda por água doce para a agricultura, para a geração de energia e para os assentamentos humanos. Eles sofrem os efeitos da poluição, do desenvolvimento de infraestruturas e da extração de recursos. A degradação dos ecossistemas também pode levar a conflitos, a deslocamentos e a migrações.

A qualidade da água está sendo reduzida, pois tem aumentado a poluição causada por agentes patogênicos, matérias orgânicas, nutrientes e salinidade devido à falta de saneamento e aos efluentes industriais e agrícolas. Os ecossistemas terrestres e de água doce são totalmente interdependentes. Os ecossistemas terrestres dependem da existência de recursos de água doce em quantidade e qualidade suficientes; por sua vez, as atividades em ambientes terrestres influenciam a qualidade e a disponibilidade da água para o uso das pessoas, da indústria e dos ecossistemas. A má qualidade da água degrada os *habitats* de água doce e as zonas costeiras e também pode afetar os pescadores, influenciando assim a biodiversidade e a segurança alimentar.

Cada vez mais aumenta o interesse pelas *soluções baseadas na natureza* (SBN), que usam ou imitam processos naturais para aumentar a disponibilidade de água (por exemplo, por meio da retenção de umidade do solo e da recarga de águas subterrâneas), para melhorar a qualidade da água (por exemplo, por meio de matas ciliares e de zonas úmidas naturais e artificiais) e para reduzir os riscos relacionados com a água, por meio da restauração das planícies de inundação e da construção

de sistemas descentralizados de retenção de água, tais como os "telhados verdes".

A agricultura é uma das principais causas e uma das vítimas da poluição da água. As captações de água para uso agrícola são voltadas para as lavouras, mas parte dela é devolvida aos rios e aos aquíferos, o que resulta em poluição. A falta de tratamento dos efluentes domésticos e industriais também afeta a agricultura, pois a água poluída prejudica os cultivos e pode funcionar como vetor para a transmissão de doenças aos consumidores dos produtos agrícolas, bem como às pessoas que trabalham na produção e no processamento dos alimentos.

A maior parte da poluição que afeta os oceanos e as zonas costeiras se deve às atividades humanas e à gestão ineficiente das práticas de uso da terra. Isso se aplica igualmente a resíduos sólidos despejados nas zonas costeiras ou próximo a elas, que eventualmente vão para o mar. A redução da poluição e a eliminação de materiais perigosos nos ecossistemas a montante irá beneficiar a vida marinha e reduzir o impacto sobre os ecossistemas das zonas costeiras.

A mudança climática tem um impacto significativo sobre os sistemas de água doce e sobre sua gestão. A maior parte dos efeitos da mudança climática será observada em relação a alterações no ciclo hidrológico, tais como a disponibilidade global de água, a qualidade da água e a ocorrência de eventos climáticos extremos (como inundações e secas). Os perigos relacionados com a água representam grande parte das perdas causadas pelos desastres naturais e suas consequências. Entre 1990 e 2015, mais de 1,6 milhão de pessoas morreram e 5,5 bilhões foram afetadas por desastres naturais que repercutiram em âmbito internacional. Em particular, os perigos relacionados com a água representaram 62% das mortes, 96% das pessoas afetadas e 75% do custo total dos prejuízos, que atingiu US\$ 2,5 trilhões.

Enquanto as inundações são imediatas e visíveis, recebendo muita atenção midiática, as secas são fenômenos progressivamente insidiosos, tal como a mudança climática. As secas contribuem para a escassez hídrica, produzem dificuldades no acesso à água e afetam a agricultura e os ecossistemas aquáticos. Políticas mais proativas destinadas às secas e à gestão dos riscos associados a elas podem contribuir para uma maior resiliência das sociedades afetadas, bem como reduzir a necessidade de respostas emergenciais. Entretanto, isso requer uma mudança radical na forma como as secas são entendidas e geridas. De maneira geral, a mudança climática e seus efeitos quanto a inundações e secas exigem uma abordagem mais adaptável à gestão dos recursos hídricos, para que os países e as sociedades possam enfrentar as crescentes incertezas.

O estresse hídrico – também referido como escassez – está relacionado à fome e à insegurança alimentar. Os países, especialmente aqueles que enfrentam esse problema com maior gravidade, devem melhorar a

produtividade dos seus recursos hídricos, bem como a eficiência do seu uso para superar os períodos de escassez. Uma opção importante para economizar água consiste em reduzir os elevados níveis de perda e desperdício de alimentos, pois isso permitiria economizar recursos utilizados para sua produção, os quais poderiam ser utilizados para outros fins produtivos.

As cidades e os pequenos assentamentos urbanos apresentam um desafio de importância especial para a gestão da água, tendo em vista que abrigarão cerca de 66% da população mundial até 2050. O aumento da urbanização e a deterioração da infraestrutura inibem o progresso. O mesmo efeito é causado pelo crescimento das populações em favelas e em zonas periurbanas, onde existe apenas um acesso limitado à água potável e ao saneamento e que estão associadas a problemas de pobreza, igualdade de gênero, saúde e nutrição. As cidades não funcionam isoladamente; elas estão localizadas dentro das bacias hidrográficas e, portanto, o que acontece nas cidades afeta outras águas a jusante, e vice-versa.

As migrações – frequentemente causadas pela degradação ambiental e pela insegurança no acesso à água – agravam a pressão sobre os recursos hídricos. Em muitos países árabes, o desemprego tem se agravado nos últimos anos, pois a renda nas zonas rurais se reduziu devido às secas, à degradação dos solos e ao esgotamento das águas subterrâneas, resultando em baixa produtividade agrícola. Isso tem fomentado a migração das zonas rurais para as zonas urbanas, expandido os assentamentos informais e aumentado o mal-estar social. A perda de empregos no setor agrícola ameaça os meios de subsistência rurais e as respectivas oportunidades econômicas, o que afeta especialmente as gerações mais jovens e os membros mais vulneráveis da sociedade. Assim, as populações migrantes podem sobrecarregar de problemas países nos quais os recursos disponíveis são geralmente limitados, mal administrados e superexplorados.

## A água e a economia

O crescimento econômico ainda é a prioridade da maioria dos países. Por outro lado, os ODS não podem ser alcançados sem o crescimento econômico, que tende a obscurecer outras questões. No entanto, o uso não sustentável dos recursos hídricos e terrestres não contribuirá para o alcance dessas metas. A mudança climática tem aumentado a conscientização quanto à questão da sustentabilidade e quanto ao fato de que os recursos naturais das gerações futuras estão sendo consumidos para satisfazer as exigências econômicas do presente.

Embora a água já seja amplamente considerada importante para o crescimento econômico, estudos recentes ajudaram a quantificar e a confirmar essa relação. No entanto, é muito difícil entender de que forma os investimentos relacionados à água afetam o crescimento, devido aos muitos caminhos que levam ao

crescimento e à grande utilização dos recursos hídricos para tantas atividades econômicas. As evidências desses estudos confirmam que a insegurança hídrica atua como um grande obstáculo ao crescimento econômico global.

Em âmbito mundial, cerca de 1,4 bilhão de meios de subsistência dependem diretamente da água, incluindo empregos nas indústrias alimentar e de bebidas, bem como nos setores energético e de recursos hídricos. Milhões de pequenos agricultores de países em desenvolvimento dependem da água para irrigar plantações e para a criação de animais para a sua subsistência.

A agricultura é uma grande indústria, que emprega cerca de 30% da força de trabalho mundial. Nos países desenvolvidos, a agricultura é tratada como qualquer outra atividade industrial. No Reino Unido, apenas 1,5% da força de trabalho nacional é empregada na agricultura. Entretanto, a indústria agroalimentar, que depende da agricultura para suas matérias-primas, emprega 14% da força de trabalho nacional e gera US\$ 145 bilhões para a economia nacional. No entanto, a situação de incertezas quanto ao futuro abastecimento de água para a agricultura está gerando ainda mais incertezas entre as empresas agroalimentares e, dessa forma, poderá atuar como um desincentivo ao crescimento e aos investimentos futuros. Essas questões são refletidas em muitos países industrializados similares.

A agricultura é o alicerce fundamental do crescimento econômico de muitos países em desenvolvimento, e também é a principal atividade consumidora de água. Milhões de pequenos agricultores e mais de 60% da força de trabalho na África Subsaariana estão envolvidos em atividades relacionadas com a agricultura. A produção agrícola e a economia da África Subsaariana dependem, em grande parte, das variações da precipitação sazonal, que é escassa e imprevisível. A maior parte dos países enfrenta uma combinação de elevada variabilidade hidrológica, falta de investimentos em infraestruturas relacionadas com os recursos hídricos e gestão ineficiente desse recurso. A agricultura irrigada é uma opção apenas para alguns países.

Para a indústria de manufaturas, a qualidade da água é uma preocupação tão importante quanto a sua quantidade. A maioria dos processos industriais degradam a qualidade da água. Nas economias modernas, as indústrias têm o dever legal de tratar seus efluentes de acordo com padrões nacionais e internacionais antes de despejá-los nos corpos d'água, como em rios, lagos ou no mar. Muitas indústrias dos países em desenvolvimento ainda despejam efluentes não tratados ou tratados parcialmente, o que levanta questões preocupantes a respeito da poluição por metais pesados ou por compostos orgânicos. Esses contaminantes, que são nocivos para as pessoas e para o meio ambiente, geram preocupação especialmente em lugares onde o sistema regulatório não é adequado.

A demanda de água para fins industriais está diminuindo na Europa; e ela se estabilizou na América do Norte, embora a demanda seja muito maior do que em outras regiões. Por outro lado, a demanda continua aumentando

na Austrália e na Oceania, na Ásia, na América do Sul e na África. O grande desafio das nações desenvolvidas é o de reduzir o uso industrial da água, enquanto que, para os países em desenvolvimento, é o de se industrializar sem aumentar substancialmente a demanda hídrica e a poluição da água.

A água e a energia estão estreitamente relacionadas. Os serviços de água, saneamento e higiene, assim como a agricultura e a indústria, precisam de energia para extrair água, tratar águas residuais, irrigar lavouras e para a dessalinização. O setor energético também precisa de água para o arrefecimento das usinas termoeletricas, para gerar energia hidroelétrica e para a produção de biocombustíveis. Até 2040, está previsto um aumento de 48% no consumo mundial de energia (acima dos níveis de 2012), principalmente na China, na Índia, no Sudeste Asiático, em algumas partes da África, na América Latina e no Oriente Médio. As necessidades energéticas do setor de recursos hídricos estão aumentando, à medida que cada vez mais agricultores exploram as águas subterrâneas para a irrigação, enquanto se espera que o tratamento da água e dos efluentes aumente substancialmente, de modo a alcançar as Metas do ODS 6. A maior parte das águas residuais nos países em desenvolvimento não é tratada. Reduzir pela metade os despejos sem tratamento até 2030, de modo a cumprir as Metas do ODS 6, demandará um incremento considerável de energia despendida, se forem aplicados os métodos tradicionais de tratamento. Uma possível boa notícia é que a energia contida nas águas residuais é cerca de cinco a dez vezes maior do que a energia necessária para tratá-la. Por isso, serão necessários métodos inovadores para extrair e usar essa energia.

---

## Mensagens principais

### Integrar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 na Agenda 2030

---

- **Alcançar o ODS 6 é essencial para o progresso de todos os outros ODS, e vice-versa.** A gestão sustentável da água e do saneamento sustenta os esforços para acabar com a pobreza, para promover o desenvolvimento sustentável e para manter a paz e a estabilidade.
- **O momento de agir para alcançar o ODS 6 é agora.** O mundo não está no caminho certo para alcançar as Metas globais do ODS6 até 2030.
- **As Metas globais do ODS 6 devem ser realizadas em âmbito local e adaptadas ao contexto do país.** Os governos nacionais devem decidir sobre o modo de incorporar as Metas do ODS 6 em suas políticas e estratégias nacionais, e devem estabelecer suas próprias metas, levando em consideração as circunstâncias locais.



- **A gestão eficiente dos recursos hídricos necessita de mais e melhores dados.** Os dados fundamentam a boa governança. Menos da metade dos Estados-membros dispõem de dados comparáveis com relação aos avanços em direção ao alcance das Metas do ODS 6.

## Entender os níveis de referência e as tendências dos indicadores globais

- **Ampliar o acesso à água potável representa um imenso desafio.** Alcançar o acesso universal à água potável, segura e a preço acessível implica assegurar seu fornecimento para 844 milhões de pessoas e melhorar a qualidade desse serviço para 2,1 bilhões de pessoas que não dispõem dele.
- **Bilhões de pessoas continuam sem acesso a instalações sanitárias básicas e para a lavagem das mãos.** Mais de 2,3 bilhões de pessoas não dispõem de serviços de saneamento básico, 892 milhões ainda defecam a céu aberto e 4,5 bilhões não dispõem de serviços sanitários seguros. De acordo com as tendências atuais, esses problemas não serão erradicados até 2030. Apenas 27% da população dos países menos desenvolvidos tem acesso a água e sabão para a lavagem das mãos em suas residências.
- **A melhoria da qualidade da água poderá aumentar sua disponibilidade.** O aumento da poluição da água deve ser tratado na própria fonte, de modo a proteger a saúde pública e o meio ambiente, bem como aumentar a disponibilidade dos recursos hídricos.
- **A agricultura oferece a oportunidade de economizar uma grande quantidade de água.** O setor agrícola representa quase 70% das captações de água doce em âmbito mundial. Economizar apenas uma fração disso aliviaria de forma significativa o estresse hídrico em outros setores.
- **A realização da GIRH é um passo amplo e importante para o sucesso do ODS 6.** A integração transversal entre os distintos setores relacionados com a água e seu uso é essencial para assegurar que recursos limitados sejam compartilhados de forma eficiente, face às várias demandas concorrentes.
- **O suporte dos ecossistemas aquáticos é fundamental para a sociedade e para a economia.** No último século, o mundo perdeu 70% de suas zonas úmidas naturais. O suporte e a recuperação dos ecossistemas aquáticos são vitais para o bem-estar social e para o crescimento econômico.
- **É necessário melhorar a cooperação internacional, bem como aumentar e melhorar o uso do financiamento.** Mais de 80% dos países têm relatado que o financiamento

é insuficiente para cumprir as metas nacionais nas áreas de água, saneamento e higiene. Os fundos da assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) são importantes, assim como uma maior contribuição financeira nacional, inclusive do setor privado, juntamente com um melhor uso dos recursos existentes.

- **A participação pública é fundamental para a gestão dos recursos hídricos.** A participação da comunidade na tomada de decisões pode produzir muitos benefícios, mas é preciso contar com os melhores meios para avaliar a qualidade e a eficácia dessa participação, ao invés de se confiar apenas na dimensão quantitativa desse envolvimento.

## Viabilizar e acelerar o progresso

- **A boa governança dos recursos hídricos é fundamental.** A boa governança fornece as regras, as práticas e os processos políticos, administrativos e institucionais para a tomada de decisões e sua implementação. É, assim, essencial para implementar a GIRH.
- **As desigualdades devem ser eliminadas.** É preciso desenvolver políticas, estratégias e subsídios eficazes para assegurar que ninguém seja deixado para trás. A Agenda 2030 não será bem-sucedida se os governos não apoiarem as pessoas mais vulneráveis.
- **O ODS 6, em especial no que se refere a água e saneamento, requer um novo paradigma de financiamento.** Isso significa aumentar a eficiência dos recursos financeiros existentes, assim como mobilizar formas inovadoras e adicionais de financiamento nacional e internacional.
- **As capacidades devem ser desenvolvidas.** Uma grave lacuna de capacidades institucionais e humanas, em todo o setor de recursos hídricos, está limitando o progresso no mesmo setor, especialmente nos países em desenvolvimento. Investir no desenvolvimento de capacidades requer uma visão de longo prazo, assim como medidas de curto prazo.
- **As tecnologias inteligentes podem melhorar o gerenciamento e a prestação de serviços.** As tecnologias inteligentes, apoiadas pela tecnologia da informação, podem melhorar de forma efetiva todos os aspectos da gestão dos recursos hídricos, incluindo a gestão dos serviços de água potável, saneamento e higiene.
- **As parcerias entre as múltiplas partes interessadas podem liberar o potencial.** Para compartilhar, acessar e adaptar novas soluções é preciso haver cooperação. O ODS 6 fornece a plataforma ideal para parcerias entre as múltiplas partes interessadas, de modo a garantir um progresso mais efetivo na redução da pobreza e em direção ao desenvolvimento sustentável.



O Relatório-síntese 2018 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) sobre Água e Saneamento analisa o progresso global em direção ao alcance do ODS 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este Relatório, que foi elaborado a partir dos dados mais recentes disponíveis sobre os 11 indicadores globais do ODS 6, foi apresentado ao Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da revisão aprofundada do ODS 6, realizada em julho de 2018. O Relatório representa uma posição conjunta da família de organizações, agências, programas e outras entidades das Nações Unidas.

#### PRODUÇÃO

A UN-Water estabeleceu uma "força-tarefa" para a produção do Relatório-síntese 2018 do ODS 6 sobre Água e Saneamento. A força-tarefa é coordenada pelo Programa Mundial das Nações Unidas de Avaliação dos Recursos Hídricos (*World Water Assessment Programme – WWAP*) e é constituída pelos seguintes membros e parceiros da UN-Water: CEO Water Mandate, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), ONU Meio Ambiente, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ONU-Habitat, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *United Nations University* (UNU), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Meteorológica Mundial (OMM), e o Grupo Banco Mundial. A força-tarefa também tem recebido apoio das seguintes instituições: AquaFed (Federação Internacional dos Operadores Privados de Saneamento), WaterAid, *Water Supply & Sanitation Collaborative Council* (WSSCC) e do Centro Helmholtz para Pesquisa Ambiental (UFZ).

*Tradução:* Teresa Alves, Ester da Silva e Marília Heloisa Fraga Arantes | *Revisão técnica:* Massimiliano Lombardo e Ângela Renata Cordeiro Ortigara | *Diagramação, revisão ortográfica, gramatical e editorial:* Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da UNESCO no Brasil

Este material não foi produzido pela UN-Water e não deve ser considerado documento oficial da UN-Water.  
A UN-Water não é responsável pelo seu conteúdo ou por eventuais erros de tradução.

#### PARCEIROS

O desenvolvimento deste Relatório foi apoiado financeiramente pelas seguintes instituições: Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), Governo da Itália, Ministério da Infraestrutura e Gestão de Recursos Hídricos dos Países Baixos, Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA) e Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC).